

## **João Pessoa – a extrusão da malha urbana em alusão ao progresso e à modernidade 1958-1975**

### **Nelci Tinem**

Professora-associada do CAU/UFPB, doutora pela ETSAB/UPC, Endereço: Rua Tabelaão  
José Ramalho Leite, 1531/101. João Pessoa/PB CEP 58.045-230  
e-mail: [ntinem@uol.com.br](mailto:ntinem@uol.com.br) Tel.: +55 (83) 3226 2924

### **Carolina Chaves:**

Estudante, bolsista Pibic, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB. Endereço: Av.  
Monteiro da Franca, nº 1119. João Pessoa – PB. CEP 58038-320.  
E-mail: [carolinamchaves@terra.com.br](mailto:carolinamchaves@terra.com.br). Tel.: +55 (83) 3245 6216.

João Pessoa é uma cidade do litoral nordestino que, como muitas outras, teve a base de sua formação estreitamente ligada à economia açucareira, cuja hegemonia perdurou até finais do século XIX quando o algodão assume o papel de principal produto exportador. Sob a égide do crescimento dessa economia são realizadas as primeiras transformações urbanas, nas primeiras décadas do século XX, de caráter cirúrgico e higienista. Um segundo momento para o urbanismo pessoense vem com o desenvolvimento industrial, subsidiado pelas ações da SUDENE, nas décadas de 1950 a 1970 quando o ideário de modernidade vem acompanhado com um novo tipo de construção e um novo modo de morar.

As remodelações experimentadas no início do século XX foram as primeiras ações em direção a construção de uma imagem moderna de cidade, cujo cenário, de inspiração claramente européia, e particularmente Haussmanniana, anunciava o nascimento de uma 'nova cultura', a moderna. Uma segunda fase desse processo é experimentada após a II Segunda Guerra Mundial com a forte entrada do capital e da cultura norte-americana no Brasil. As notícias veiculadas nos jornais locais confirmam essa influência, que será ratificada pelas alterações da paisagem urbana em busca da construção da cidade moderna que terá como símbolos edifício em altura e o automóvel.

O processo de verticalização da cidade de João Pessoa inicia-se, mesmo que timidamente, nas décadas de 1930 e 1940 e consolida-se nas três décadas seguintes com o desenvolvimento da indústria, a estruturação econômica mundial no período pós II Guerra e a difusão da Arquitetura Moderna Brasileira, que extrapola o triângulo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse processo coincide ainda com o processo de expansão da malha urbana que, mais tarde, consolidará a ocupação do litoral e sinalizará o processo de abandono da área central.

O objetivo dessa comunicação é apresentar os primeiros passos de uma pesquisa cujo foco é a análise do processo de verticalização da cidade de João Pessoa e seus efeitos sobre a construção do espaço urbano e a expansão da cidade em direção ao mar, entre 1958 e 1975, sob a influência do ideário moderno que sustenta tais iniciativas.

## Construção da cidade moderna nas notícias de jornais

No início do século XX a cidade moderna apoiada no tripé: *higienizar, embelezar e circular*, começa a tornar-se realidade com as experiências do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Fortaleza, que servem de modelo para as mudanças no cenário urbano pessoense. Assim relata Novais (1997):

*“As elites dirigentes que se alternavam no poder procuraram, ao longo das primeiras décadas do século, aparelhar as cidades segundo os modelos europeus e cariocas (...) era imprescindível que se livrassem as capitais das precárias condições higiênicas a que estavam submetidas, pois estas espantavam as possibilidades de incremento nas atividades industriais”.*

Modernizar o centro urbano é, então, condição *sine qua non* para que a capital paraibana encontre seu lugar no cenário nacional. Dessa maneira, os espaços públicos passam a ser ‘limpos’, a cidade passa a ter seus primeiros planos de saneamento e surgem os primeiros planos de expansão da cidade sob a ótica de um crescimento ‘ordenado’.

Dessa maneira, coube a Saturnino de Brito, em 1913, elaborar o primeiro projeto de saneamento da área central de João Pessoa e lançar as bases para a expansão da malha urbana, em direção a leste, particularmente com a abertura da Avenida Epitácio Pessoa, possibilitada pelas obras preconizadas pelo seu projeto, mas só realizadas na década seguinte. Em 1932, Nestor de Figueiredo seria responsável pela elaboração de um projeto de expansão da cidade que previa, entre outras medidas, a abertura de novas avenidas (*highways*) facilitadoras do deslocamento para a orla e a reestruturação da área central como ponto articulador do trânsito entre a *praia* e o *centro*.

Estavam lançadas as bases para a ocupação do litoral – que só se consolidaria na década de 1970 – e, por conseguinte, definido esse eixo de expansão da cidade. Até a década de 1960 o litoral era visto como área de lazer, um ambiente aprazível e salutar que chegava a constar nos receituários médicos. Sua ocupação se deu com a construção de casas de veraneio nos espaços vazios das praias de Tambaú e Cabo Branco ou pela substituição, por estas, das eventuais aldeias de pescadores existentes no local.

Nesse cenário, entre o centro e a praia, surgem os primeiros prédios altos de João Pessoa. Se por um lado a construção desse tipo de edificação no centro demonstra a importância dessa área como núcleo urbano central, o seu aparecimento na orla reafirma a força de atração desse novo espaço urbano.

Assim como no início do século XX, as transformações urbanas de meados do século também negavam as *feições coloniais* que *manchavam* a imagem de progresso e desenvolvimento econômico experimentado pelo país, pelo nordeste e pela Paraíba. Em pesquisa nos jornais da época é fácil perceber a preocupação com a construção da imagem de uma cidade moderna alinhada às tendências culturais dos maiores centros urbanos nacionais.

É, portanto, no contexto da consolidação do movimento moderno na Paraíba e a ação destacada da iniciativa privada na consolidação da *cidade moderna*, que se insere este estudo sobre o processo de verticalização em João Pessoa, cujo marco inicial é o ano de 1958, com a construção do Edifício Presidente João Pessoa e o final é 1975, data da aprovação do projeto do Edifício Manoel Pires. Nesse período, 1958/1975, desenvolve-se o primeiro ciclo de verticalização da cidade, foco desta comunicação, que vai contar com a construção de 18 prédios altos na área central e 05 na orla marítima, distribuídos entre os bairros de Tambaú e Cabo Branco. Esses prédios têm uma altura que varia entre 10 a 18 pavimentos e marcam a paisagem urbana local como símbolo da modernidade.

A construção desses prédios esteve, quase sempre, associada à imagem de cidade em desenvolvimento, de uma sociedade moderna e de um mundo que se reconstruída após as perdas sofridas com a Segunda Guerra Mundial, momento em que se intensifica a urbanização dos centros urbanos brasileiros.

Analisando fotos aéreas do centro de João Pessoa em 1934 e em 1959 (*figuras 01 e 02*) é evidente o crescimento urbano registrado nesses 25 anos. Esse é também o período que vai separar as primeiras experiências de construção em altura, com obras do arquiteto Clodoaldo Gouveia e a inserção da primeira torre de apartamentos (*vista em construção no fundo da figura 02*), ponto de partida desse estudo. Este é apenas um dos

primeiros fragmentos de uma pesquisa, sem financiamento ou vínculo institucional, acerca do processo de verticalização da cidade de João Pessoa, que busca, nesse momento, apresentar seus primeiros resultados, inserindo-se no estudo nacional sobre o tema que abarca principalmente a verticalização dos grandes centros urbanos que, de maneira geral, teve sua gênese entre as décadas de 1920-1930.

### **Prenúncios da Verticalização**

Os primeiros traços desse processo aparecem no centro da cidade, na década de 1930, sob o signo da arquitetura moderna ou dos prenúncios também dessa nova linguagem, que só viria a se consolidar no cenário paraibano nas décadas de 1950 e 1960. Das primeiras iniciativas são os prédios do Palácio da Secretaria e Finanças de Estado (1932-35) e o edifício residencial Duarte da Silveira (1939), *ver figuras 03, 04 e 05*), ambos de autoria do arquiteto Clodoaldo Gouveia<sup>1</sup>. A importância desses exemplares, além da clara alusão à construção em altura, vem da introdução do elevador, utilizado pela primeira vez no prédio da Secretaria de Finanças.

A análise formal desses exemplares mostra os primeiros passos em direção à produção local de arquitetura moderna corroborando o alinhamento desta às realizações nacionais, que a partir da década de 1930 já se fazia presente fora da região Sudeste. O prédio da Secretaria das Finanças revela um inequívoco vínculo com o racionalismo alemão e o Duarte da Silveira utiliza com menos elegância, e anteriormente, um recurso utilizado pelos Irmãos Roberto no Edifício Seguradoras.

Uma década após tais experiências seria construído o prédio sede do IPASE<sup>2</sup> (*figura 06*), um marco nesse processo devido à introdução de uma linguagem moderna mais madura. Segundo as notícias vinculadas nos jornais da época o edifício do IPASE era “o marco do progresso”, ou ainda, “um prédio moderno, de linhas simples e nobres”<sup>3</sup>. O “belo edifício, hoje o mais magestoso desta capital” era considerado, no momento de sua inauguração, a representação do desenvolvimento:

*“Localizado no Ponto de Cem Réis, o prédio do IPASE dá um toque de progresso à fisionomia da cidade alta, onde ainda dominam as antigas construções de aspecto provinciano. Constitue, com a graça das suas linhas, um marco de transformação urbana em área que mais tem resistido ao surto*

*inovador da arquitetura moderna” (Jornal A União, Postal da Província, 06-11-53. pp. 03)*

A partir da década de 1950, ano da conclusão das obras do IPASE, a arquitetura moderna é a referência da produção local na construção dos prédios altos, que se inicia na cidade a partir da construção do Edifício Pres. João Pessoa (*figura 07*), conhecido como *18 andares* em alusão ao seu número de pavimentos. Um projeto encomendado a um arquiteto carioca, Ulysses Burlamaqui, que insere na paisagem urbana pessoense esse tipo de arquitetura.

### **Produção Moderna em Altura**

O projeto do edifício *18 andares* inicia um processo de verticalização que assume um viés particular em relação ao que ocorre em São Paulo e, mais próximo (em tempo e distância), na cidade do Recife. Nesses casos, o primeiro período desse processo assumiu um caráter comercial, passando a residencial apenas no segundo momento. Da periodização estabelecida por Somekh (1997) para a verticalização de São Paulo, esses períodos correspondem, respectivamente, a 1920-39 e 1940-56. Recife<sup>4</sup> aproxima-se dessa periodização com seus primeiros prédios altos edificadas na década de 1930 dentro do programa dos prédios de escritórios e com o surgimento apenas em 1950 do uso residencial, que passaria a caracterizar a verticalização nessa cidade e estaria inserido principalmente no litoral.

Em João Pessoa, esse processo é inaugurado no final da década de 1950, sob iniciativa do IAPB (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários), com a construção da obra acima citada. O programa do Edifício João Pessoa previa o uso misto, institucional (quatro primeiros pavimentos) e residencial (14 pavimentos subsequentes) e está dentro do programa habitacional promovido pelos IAPs. Dessa forma, o volume está definido pela *base* institucional e pelo *corpo* residencial, com um pavimento de transição, o pilotis (*figura 08*).

A obra obteve repercussão favorável na opinião pública local, que enxergava nessa iniciativa a oportunidade de modernizar seu centro urbano eliminando os *traços da cidade colonial*. A obra é vista como “o melhor prédio de João Pessoa”. A aceitação de

sua inserção na paisagem local é reforçada pela defesa do incentivo, por força de lei, à construção de prédios altos.

*“A boa impressão que o imóvel vem acrescentar ao centro da cidade justifica muito bem uma sugestão a necessidade de uma lei municipal proibindo, taxativamente, a construção de qualquer edifício com menos de 8 andares, no Ponto de Cem Réis ou sua adjacências”* (Jornal A União, *Novos Edifícios*, 30-11-1958. pp. 03)

Os prédios que se seguem a essa construção, iniciada em 1959 e concluída em 1962, são construídos no centro da cidade e sua implantação gira em torno do Ponto de Cem Réis, um dos principais espaços públicos do centro da cidade. São exemplos dessa produção os edifícios: **Régis** (1964) de uso misto, residencial e comercial, com 16 pavimentos (*figura 09*), **05 de Agosto** (1964) de uso comercial com 09 pavimentos, **Reitoria** (1964) de uso institucional com 12 pavimentos (*figura 10*), **Viña del Mar** (1965) de uso comercial com 10 pavimentos, **Ângela Cristina** (1967) de uso residencial com 12 pavimentos, **Paraná** (1968) de uso residencial com 14 pavimentos (*figura 11*), **INSS** (1968) de uso institucional com 15 pavimentos (*figura 12*), **N. S. de Lourdes** (1969) de uso residencial com 16 pavimentos, **Caricé**<sup>5</sup> de uso residencial com 15 pavimentos (*figuras 13 e 14*), **Santa Rita**<sup>6</sup> de uso residencial com 10 pavimentos (*figura 15*) e **Manoel Pires** (1974) de uso misto, residencial e comercial, com 15 pavimentos (*figura 16*).

Em paralelo ao que ocorria no centro, alguns prédios foram erguidos na faixa litorânea de João Pessoa, distribuídos entre os bairros de Tambaú e Cabo Branco. Essa produção litorânea caracterizou-se pelo uso residencial e eram comprados, em grande parte, para uso na época de veraneio. O programa de apartamentos foi nesse momento, além de um reflexo da modernidade e do progresso, uma boa solução para aqueles que não moravam em João Pessoa, mas que se interessavam por suas belas praias, como muitos industriais campinenses<sup>7</sup>. Dessa maneira, o processo de verticalização dessa área diferencia-se daquele vivido na área central (centro comercial, administrativo e financeiro).

A ocupação residencial, mesmo que ainda de permanência periódica, foi determinante na consolidação da expansão Leste da cidade por uma classe média e alta, o que paulatinamente determinou a transferência da população da área central para a praia. O primeiro edifício em altura construído nessa área foi o **João Marques de Almeida**

(1965) com 12 pavimentos e os contemporâneos (*figura 17*), **Beira Mar** e **São Marcos** (1968), com 11 pavimentos (*figuras 18 e 19*).

A construção desses prédios na cidade é acompanhada pela opinião pública, como mostram as notícias publicadas no jornal 'A União' entre 1950 e 1970, que relatam desde o lançamento da "pedra fundamental" das edificações até a inauguração dos mesmos, passando pelo desenvolvimento/andamento das obras. Decerto, as inaugurações comemoradas com festas e publicações correspondiam às obras ligadas a grandes incorporações.

Dessa maneira, são produtos desta comunicação a elaboração do quadro geral da verticalização em João Pessoa (quadro 01) e as primeiras especulações acerca do aparecimento dos primeiros prédios altos no cenário urbano pessoense.

Esse processo ocorre, na capital paraibana, de forma artificial<sup>8</sup>, e não corresponde à necessidade de adensar áreas. Ao contrário, eram fartos, na segunda metade do século XX, os espaços vazios na malha urbana. A verticalização surge, então, como símbolo de progresso e modernidade que nasce vinculado, principalmente, ao modo de vida dessa nova sociedade através do programa da habitação multifamiliar em altura.

## Ilustrações



Figuras 01 e 02: Imagens do centro da cidade de João Pessoa nos anos de 1934 e 1959, da esquerda para direita. Fonte arquivo Fundação Espaço Cultural.



Figura 03: Palácio da Secretaria e Finanças de Estado (1932-35). Projeto de Clodoaldo Gouveia. Arquivo pessoal.



Figuras 04 e 05: Edifício Duarte da Silveira (1939). Projeto de Clodoaldo Gouveia. Fonte Sales (1998).



Figuras 06: Edifício sede do IPASE. Fonte Jornal A União, 1953.



Figuras 07 e 08: Edifício Presidente João Pessoa (18 andares). Fonte arquivo pessoal (2004).



Figura 09: Edifício Regis. Fonte arquivo pessoal (2006).



Figura 10: Edifício da Reitoria. Fonte arquivo pessoal 2005.



Figura 11: Edifício Paraná. Fonte arquivo pessoal 2007.



Figura 12: Edifício sede do INSS. Fonte arquivo pessoal 2007.



Figuras 13 e 14: Edifício Caricé. Fonte arquivo pessoal 2007.



Figura 15: Edifício Santa Rita. Fonte arquivo pessoal, 2007.



Figura 16: Edifício Manoel Pires. Fonte arquivo pessoal, 2007.



Figura 17: Edifício João Marques de Almeida. Fonte arquivo pessoal, 2007.



Figura 18: Edifício Beira Mar. Fonte arquivo pessoal, 2007.



Figura 19: Edifício São Marcos. Fonte arquivo pessoal, 2007.

## Referências Bibliográficas

Jornal A União, 29-07-1953, pp. 04, "Movietone de uma cidade vista de uma lotação".

Jornal A União, 06-11-1953, pp. 03, "Postal da Província".

Jornal A União, 30-11-1958, pp. 03, "Novos Edifícios".

NERY, Juliana Cardoso. Configurações da Metrópole Moderna: Os Arranha-Céus de Belo Horizonte 1940/1960. 14/01/02, 237 p. Área de Concentração: Urbanismo. Orientador: Prof. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes.

NOVAIS, F.A. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOMEKH, Nadia. A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador: São Paulo 1920-1939. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.

---

<sup>1</sup> Clodoaldo Gouveia (1887/1948), um capixaba de família paraibana, chega a João Pessoa em 1922 logo depois de sua formação como arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (ENBA). Ele é considerado o responsável pela introdução de linhas modernas na produção da arquitetura local, quando ainda estava em alta o 'gost' pelo Ecletismo.

<sup>2</sup> A sede do IPASE em Natal, no Rio Grande do Norte, de 1955, provavelmente é contemporâneo desse exemplar.

<sup>3</sup> Jornal A União, 29-07-1953, pp. 04, "Movietone de uma cidade vista de uma lotação".

<sup>4</sup> As informações sobre a verticalização na cidade do Recife foram transmitidas pela professora Sônia Marques, em entrevista informal.

<sup>5</sup> A construção é iniciada na década de 1960, embora ainda não tenha sido estabelecido o registro preciso da data de sua conclusão. Segundo notícias de jornal problemas de financiamento postergam essa conclusão para o início da década seguinte. Por outro lado, há registros precisos do primeiro projeto de 1959, que foi abandonado, como mostra a foto do atual Edifício Caricé.

<sup>6</sup> O Edifício Santa Rita também é da década de 1960, mas o registro preciso da data de sua construção ainda está em aberto.

<sup>7</sup> Campina Grande é uma cidade do interior Paraibano, cujo desenvolvimento econômico a partir de meados do século XX, especialmente em 1960 com as ações da SUDENE, baseou-se no setor industrial.

<sup>8</sup> "Verticalização artificial", como diz Nery (...) acerca do processo experimentado na cidade de Salvador, ou ainda fruto de um "urbanismo modernizador" como alega Somekh no caso de São Paulo.